

## CONSIDERAÇÕES ARENDTIANAS SOBRE A REVOLUÇÃO HÚNGARA

### ARENDTIAN CONSIDERATIONS ABOUT THE HUNGARIAN REVOLUTION

José Luiz de Oliveira<sup>1</sup>

Orcid: <https://0000-0001-9965-8176>

**Resumo:** O presente artigo busca explicitar algumas considerações encaminhadas por Hannah Arendt acerca da Revolução Húngara. Arendt, no seu papel de investigadora dos acontecimentos revolucionários, analisa os motivos, os objetivos e os impactos desse importante evento ocorrido entre 23 de outubro e 2 de novembro de 1956. A nossa autora aborda a Revolução Húngara descrevendo o momento político sob o qual se encontrava o domínio de Moscou, que se instalou no Leste Europeu desde o fim da Segunda Guerra Mundial, e destaca o clima político criado com a morte de Stalin. Com efeito, Arendt expõe alguns dos elementos que caracterizaram essa Revolução, a saber: a busca por liberdade associada à verdade, os atores dos diversos segmentos da sociedade, que, juntos à população, se movimentaram nas ruas, e a relevância dos mais diversos conselhos no desenrolar do processo revolucionário. É fundamental enfatizar que, para Arendt, apesar de a Revolução Húngara não ter sido duradoura e a repressão russo soviética ter se caracterizado de maneira violenta, a memória desses acontecimentos se constituiu numa importante sinalização, que foi capaz de iluminar levantes futuros e, certamente, ainda poderão continuar iluminando o nosso modo de agir político.

**Palavras-chave:** Conselhos; Imperialismo; Revolução; Totalitarismo.

**Abstract:** This article seeks to explain some considerations made by Hannah Arendt about the Hungarian Revolution. Arendt, in her role as researcher of revolutionary events, analyzes the reasons, objectives and impacts of this important event, which took place between October 23 and November 2, 1956. Our author approaches the Hungarian Revolution by describing the political moment under which it took place finds the dominance of Moscow that has been installed in Eastern Europe since the end of the Second World War and highlights the political climate created by Stalin's death. In effect, Arendt exposes some of the elements that characterized this revolution, namely: the search for freedom associated with the truth, the actors of the different segments of society that together with the population moved in the streets and the relevance of the most diverse councils in the unfolding of the process revolutionary. It is important to emphasize that for Arendt, despite the fact that the Hungarian Revolution was not lasting and the Russian-Soviet repression was characterized in a violent way, the memory of these events constituted an important signal that was able to illuminate

---

<sup>1</sup> Doutor em Filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e professor do Departamento de Filosofia e Métodos da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). E-mail: [jlos@ufs.edu.br](mailto:jlos@ufs.edu.br). <http://lattes.cnpq.br/6211463254144153>

future uprisings and, certainly, they could still be continue to illuminate our political way of acting.

**Keywords:** Councils; Imperialism; Revolution; Totalitarianism.

## Introdução

Arendt é uma pensadora que se destaca por inúmeras análises sobre o fenômeno revolucionário. Em sua obra *On Revolution* (1963), analisa o fenômeno das Revoluções Americana e Francesa e faz alusões às Revoluções Russa e Húngara. Mas, antes de lançar ao mundo *On Revolution* (1963), a nossa autora já havia produzido, em 1958, um ensaio<sup>2</sup> sobre a Revolução Húngara, ocasião em que já tinha passado mais de um ano da ocorrência desse importante evento. Organizado por Heloísa Starling e traduzido por Virgínia Starling, temos, no Brasil, a coletânea de quatro ensaios de Arendt, intitulada *Ação e a busca da felicidade* (2018). Dentre eles, há o ensaio sobre a Revolução Húngara denominado *Imperialismo Totalitário: reflexões sobre a Revolução Húngara*. Esse ensaio também se encontra presente na obra *Pensar sem corrimão: compreender 1953-1975* (2021), organizada e apresentada por Jerome Kohn e traduzida para o português por Beatriz Andreiuolo.

Para a realização deste nosso artigo, que possui o propósito de apresentar algumas considerações acerca da Revolução Húngara à luz do pensamento arendtiano, a principal fonte de fundamentação teórica a ser utilizada é o mencionado ensaio. À vista disso, o seu desenvolvimento far-se-á na forma de três itens.

No primeiro momento, a nossa tarefa consiste em tratar do domínio russo soviético no Leste Europeu e situar a Revolução Húngara no contexto do surgimento do imperialismo de modelo continental e notadamente totalitário. Ademais, ao analisar os acontecimentos que envolveram a Revolução Húngara, demonstraremos o que Arendt considerou expor de maneira relevante no contexto político sob o qual se encontrava o domínio de Moscou após a morte de Stalin.

Em um segundo momento, nossa intenção é explicitar alguns elementos que caracterizam a Revolução Húngara. Assim, trata-se de expor as lutas empreendidas pelos revolucionários da Hungria na busca por liberdade associada à verdade bem como demonstrar

---

<sup>2</sup> Referindo-se a esse ensaio, diz Arendt (2018, p. 23): “No momento em que escrevo este texto, um ano se passou desde que as chamas da Revolução Húngara iluminaram, por longo doze dias, a imensa paisagem do totalitarismo do pós-guerra. Este foi um verdadeiro acontecimento, cuja estatura não dependerá de sua vitória ou derrota: sua grandeza está assegurada pela tragédia que representou”.

quem foram esses atores, que, juntos à população, se movimentaram nas ruas, e apresentar a importância dos mais diversos conselhos no desenrolar do processo revolucionário.

Enfim, demonstraremos a reação violenta do imperialismo russo soviético contra a revolução e o esforço de Arendt em registrar a relevância de manter vivo na memória o significado das manifestações que eclodiram nos doze dias, que caracterizaram esse importante evento. Nesse momento, é salutar enfatizarmos que, para Arendt, a memória da Revolução Húngara precisa ser preservada como luz que ilumina os propósitos daqueles que lutam pela instauração de espaços públicos de liberdade, a exemplo dos conselhos.

### **O domínio russo soviético**

As análises arendtianas elaboradas para tratar dos acontecimentos em torno da Revolução Húngara são apresentadas em um contexto, no qual se deu o fortalecimento do imperialismo como fenômeno presente no mundo contemporâneo. Porém, no caso dos acontecimentos no Leste Europeu, trata-se de um tipo de imperialismo liderado por Moscou e admitido de forma diferente do modo como ele se apresentou em outros países, a exemplo da Inglaterra, França e Holanda. Ao analisar o domínio soviético, Arendt (2018, p. 59) assim o faz considerando a construção desse imperialismo no período stalinista bem como a sua continuidade pelo seu sucessor Khrushchev. Ou seja, depois de se completar mais de um ano dos acontecimentos ocorridos na Hungria ao escrever sobre eles, afirmava a pensadora que “a política de Stalin já tinha, como uma de suas bases principais, a combinação de uma política externa agressiva com concessões domésticas, e vice-versa, e é provável que também nesse contexto Khrushchev se mostre um discípulo leal de seu falecido mestre” (ARENDR, 2018, p. 59). Enquanto na Alemanha o fim da Segunda Grande Guerra Mundial<sup>3</sup> representou também o fim do governo nazista liderado por Hitler, o mesmo não aconteceu com o totalitarismo liderado pela Rússia Soviética.

Ao se referir à situação do imperialismo russo soviético reinante no Leste Europeu do século XX, posterior à Segunda Guerra Mundial, é imprescindível considerar que, para Arendt (2018, p. 90-91), o imperialismo não era conhecido como fenômeno antes que a Revolução Industrial aparecesse impondo um ritmo de produção capaz de ultrapassar os limites territoriais do estado-nação. A expansão se constituía na dinâmica do imperialismo e

---

<sup>3</sup> Sobre esse assunto, menciona Arendt (1989, p. 340): “Obviamente, o fim da guerra em 1945 não trouxe o fim do governo totalitário na Rússia. Pelo contrário, foi seguido pela bolchevização da Europa oriental, ou seja, pela expansão do regime totalitário, e a paz nada mais era que uma oportunidade de analisar as semelhanças e diferenças nos métodos e instituições nos dois regimes totalitários”

era motivada por elementos de caráter econômico, e não político. Por essa razão, a expansão se direcionava para onde a economia ordenasse, tendo como indicativo o caminho percorrido por meio do investimento de capital. Tal expansão levou ao crescimento do dinheiro excedente, que, por sua vez, forçou a emigração de pessoas consideradas improdutivas, tornando-se, assim, supérfluas para a vida de sua nação de origem. Dessa maneira, “o imperialismo, portanto, foi o resultado da tentativa do estado-nação de sobreviver sob as circunstâncias de uma nova economia e na presença de um mercado mundial emergente” (ARENDR, 2018, p. 91). Para tanto, Arendt destaca que a expansão imperialista de países ocidentais invadiu de modo racista as antigas culturas da Ásia e da África e prosseguiu ignorando as aspirações desses povos. Essa expansão imperialista era ultramarina, onde as nações subjugadas não se localizavam no mesmo continente que as nações dominantes.

Se, por um lado, países ocidentais, como França, Inglaterra e Holanda, eram estados-nações bem constituídos, que subjugaram povos estrangeiros na sua versão imperialista, por outro, a nossa autora destaca algumas particularidades do imperialismo de um governo totalitário, a exemplo da Rússia Soviética. Nesse caso, Arendt (2018, p. 93) nos lembra que, no sentido estrito do termo, a Rússia nunca foi um estado-nação, pois, no período em que ela foi governada pelo czarismo, a sua estrutura político-organizacional se configurava como um império multinacional, no qual o centro do poder era sediado em Moscou. Por isso, os países dominados pelo totalitarismo russo soviético, diferentemente do pesadelo vivido por povos subjugados por antigos estados-nações, tinham menos problemas no que tange ao princípio da autodeterminação nacional.

O modo de Moscou governar adotando a condição de império multinacional oriundo do período czarista foi transferido para os países do Leste Europeu. Manter essa estratégia significou que os soviéticos fizessem “concessões à cultura nacional nos níveis folclóricos e linguísticos, impondo, ao mesmo tempo, não apenas políticas concebidas por e direcionadas para Moscou, mas também o russo como idioma oficial para todas as nacionalidades” (ARENDR, 2018, p. 93). Mas, em termos arendtianos, mesmo que se considerem as várias distinções entre os imperialismos nacional ocidental de caráter ultramarino e o totalitário russo de natureza continental, é fundamental nos voltarmos para o cerne da questão no que diz respeito a essas distinções; ou seja:

O predecessor imediato do imperialismo totalitário não foi a versão britânica, holandesa ou francesa do domínio colonial ultramarino, mas a versão alemã, austríaca e russa de um imperialismo continental que nunca

foi verdadeiramente bem-sucedido e, portanto, é negligenciado por estudiosos do imperialismo. Versão que, na forma dos movimentos pan-nacionalistas – pangermanismo e pan-eslavismo –, foi uma força política potente na Europa Central e Oriental (ARENDDT, 2018, p. 97-98).

Depreende-se o quanto é considerável realçarmos que a versão russa do imperialismo se baseou no *modus operandi* do imperialismo germânico, que, uma vez se constituindo de modo diferente da versão ultramarina, acarretou pressão aos países vizinhos. Pois, “o ponto principal é que a estratégia de expansão acompanha a continuidade geográfica e se estende de um centro de poder para uma periferia em ampliação, que, então, deve gravitar ‘naturalmente’ em torno do seu centro” (ARENDDT, 2018, p. 98). Assim, devido à dominação russa soviética, os países da Europa Oriental ficaram fragilizados diante da ameaça de seu imperialismo totalitário e, conseqüentemente, a eles se aplicou a condição de países satélites, pois, “a palavra ‘satélite’ é, de fato, uma metáfora bastante apropriada para a versão russa do imperialismo totalitário” (ARENDDT, 2018, p. 99).

O assim denominado sistema de satélites que se implantou na Europa Oriental tinha semelhança com o imperialismo nazista<sup>4</sup> no que diz respeito ao que Arendt chama de extensão coesiva. Isso significa que esse sistema, ao contrário de procurar possessões ultramarinas, optou pela expansão de domínio territorial no próprio continente. O sistema de satélites se sustentou, mesmo que temporariamente, devido ao surgimento da constelação de duas grandes potências no período do pós-guerra. Estados Unidos e União Soviética, no ambiente do pós-guerra, apesar da hostilidade vivida entre eles, trataram sobre as suas esferas de influência buscando certa concordância entre si. Nessa perspectiva, o sistema de satélites foi a resposta russa ao sistema americano de alianças. Nesse sentido, não era possível nenhuma outra alternativa apresentada aos países satélites do que a de se manterem na posição de nações subjugadas a qualquer uma das duas superpotências. Isto é, a condição única imposta a esses países era a de ter que orbitar em torno dessas superpotências (ARENDDT, 2018, p. 101).

Arendt (2018, p. 102-103) alerta para o perigo presente na coexistência hostil entre duas superpotências. Nesse caso, bastava que o sistema de alianças iniciado por qualquer uma dessas superpotências viesse de modo automático a se degenerar em um sistema de satélites,

---

<sup>4</sup> Segundo Arendt (2018, p. 100): “Era notória a falta de interesse de Hitler pela aquisição de possessões ultramarinas ou por endossar a reivindicação dos nacionalistas alemães pela restituição de antigas colônias. A Alemanha nazista governou a Europa através dos *quislings*, políticos nativos corruptos e colaboracionistas, e cumpriu uma política de despovoamento e extermínio no Leste, com o objetivo de, após a guerra, colonizar essas terras vazias através das tropas de elite”.

cuja consequência fosse a de que todo o mundo viesse a ser sugado para as órbitas de seu poder. A pensadora aponta que havia diferenças entre as duas superpotências<sup>5</sup> no que diz respeito ao modo de conceber a posição tomada pelos diversos países acerca do posicionamento deles em relação às influências assumidas no âmbito de cada bloco. No caso estadunidense, a política se orientou em dividir o mundo em países comunistas, aliados e neutros. Tudo isso para definir as esferas de influências de cada uma das superpotências sobre seus aliados. Dessa maneira, os norte-americanos estadunidenses buscavam insistir na neutralidade de alguns países, que pudessem se situar fora dessas esferas de influências. Contudo, eles almejavam, segundo Arendt (2018), preservar o equilíbrio entre as duas superpotências. Mesmo considerando o aspecto desconfortável desse equilíbrio de poder, a imagem que se apresentava sobre a política externa imposta pelos Estados Unidos era essencialmente a de uma estrutura de caráter estável. Em termos arendtianos, sustenta-se que, na concepção russa, a política externa era orientada de modo diferente, pois o poder de Moscou apostava na imagem de que não existiam países neutros. Nesse caso, o discurso de concorrência pacífica existente entre as duas superpotências ocorria mais no sentido de propaganda, uma vez que a realidade se configurava por meio da expansão de forma gradual das influências existentes entre um bloco e outro.

No entendimento de Arendt (2018, p. 103), o sistema de satélites, por um lado, revelava a tendência da dominação totalitária da Rússia Soviética e, por outro, tinha a necessidade de apresentar ao mundo livre que o poder de Moscou mantinha uma política externa normal. Porém, em todos esses casos, devido à sua maneira de conquistar pela força, o império totalitário russo encenava para o mundo a imagem de que a tomada de poder se dava por um partido nativo. Essa imagem se estabeleceu devido ao fato de que, antes da bolchevização absoluta, vários partidos nos países dominados foram tolerados por um determinado período, que se deu antes da instauração da ditadura unipartidária. Com efeito, criou-se aí a ilusão de que havia desdobramentos domésticos independentes. Entretanto,

---

<sup>5</sup> Arendt (2021, p. 292, grifo da autora) analisa os acontecimentos inerentes à Revolução Húngara no contexto da chamada “Guerra Fria” e, portanto, salienta: “Como a aliança que obteve a vitória na Segunda Guerra Mundial não foi robusta o suficiente para obter também a paz, todo o período do pós-guerra foi utilizado pelas duas maiores potências para definir suas esferas de interesse, competindo por uma posição na estrutura mutante de poder de um mundo em turbulência. Esse período ficou conhecido como ‘Guerra Fria’, termo bastante preciso se lembrarmos que o medo de uma grande guerra determinou a condução das relações internacionais e preocupou a opinião pública mais do que qualquer outra questão. Entretanto, apesar de exaltações ocasionais, o período foi muito mais de uma *paz* fria e desconfortável, e a razão de eu insistir nisso não é o meu interesse por semântica, mas a sensação que tenho é de que não se deve fazer alarde antes da hora”.

o que Moscou fez foi criar réplicas exatas, não apenas de sua própria forma de governo, mas dos desdobramentos que levaram a ela. A fim de assegurar que as consequências não levassem para uma direção ‘incorreta’, o governo cuidou para que, mesmo na época das táticas da Frente Popular, o Ministério do Interior fosse reservado para comunistas, permanecendo, assim, sob o controle da polícia, que havia sido estruturada *in núcleo* por unidades policiais soviéticas que acompanhavam o exército de ocupação (ARENDDT, 2018, p. 103-104).

Verifica-se que, na tentativa do totalitarismo de Moscou em criar réplicas nos países satélites, aconteceram desdobramentos relevantes no que se refere ao papel desempenhado pelas unidades policiais, porque elas se constituíam, nas palavras de Arendt (2018, p. 105), o “principal instrumento de dominação total”. Para tanto, Arendt (2018, p. 105) salienta que, baseada no modelo russo, a estrutura das polícias presentes nos países satélites trabalhava elaborando fichas sobre os cidadãos desses países. Tais fichas eram mantidas com informações sobre associados, amigos, familiares e até conhecidos desses cidadãos. A partir daí, essa estrutura inspirada no modelo da polícia russa tinha conhecimentos considerados valiosos para alimentar o terror totalitário. A autora alerta que, na ânsia de se criar uma polícia capaz de agir estritamente de acordo com o modelo russo, o domínio totalitário soviético não permitiu que essas réplicas pudessem ser ocupadas por funcionários nativos. Assim, “essa foi a única instituição na qual os conselheiros russos não ficaram nos bastidores, mas supervisionaram abertamente os nativos” (ARENDDT, 2018, p. 105).

A criação das forças policiais nos países satélites se fez transformando essa instituição em um órgão “de elite”, isto é, considerando o termo original de elite. O que a nossa autora aponta é que os membros que compunham a polícia eram escolhidos de acordo com as características que os diferenciavam tanto do cidadão comum quanto dos membros ordinários que estavam filiados ao partido (ARENDDT, 2018, p. 106). O fato de considerar as forças policiais como um grupo de elite reforça a concepção de que se trata de um segmento que deve, por princípio, amparado em sua razão de ser, se colocar sempre propício a nunca se aproximar e, tampouco, concordar com as aspirações populares; nesse caso, quando tais aspirações forem contrárias a esses governos, que instrumentalizam essas elites policiais. Não é por acaso que, além das forças do exército, o governo russo soviético seguramente contou sempre com o poder da polícia.

Porém, mesmo com todo esse esforço da Rússia Soviética em tentar criar réplicas exatas da sua dominação totalitária no seio dos países satélites, Arendt (2018, p. 106-107), ao se manifestar após mais de um ano da ocorrência da Revolução Húngara, lembra-nos:

Até agora, o elemento tempo tem frustrado as tendências de Moscou de criar réplicas exatas de governo russo nos países satélites. Não sabemos se tal defasagem teria se tornado tão perigosamente perceptível se a crise de sucessão após a morte de Stalin não tivesse forçado todos os acontecimentos em direções não calculadas. De qualquer forma, foi naquele momento que a natureza de cópia dos governos satélites, com sua imitação nada original dos mestres de Moscou, teve sua vingança.

Depreende-se daí que houve limites no seio do imperialismo totalitário russo soviético, uma vez que a tentativa de se criarem réplicas exatas do governo russo se frustrou. Nessa perspectiva, a autora coloca em dúvida se tal defasagem teria se tornado notória com o advento da crise da sucessão, que ocorreu após a morte de Stalin, pois, para Arendt (2018, p. 32), “espontânea como foi, a Revolução Húngara não pode ser compreendida fora do contexto dos desdobramentos após a morte de Stalin”. O líder soviético morreu sem deixar sucessor<sup>6</sup>. “Já que não existia nenhum sucessor, ninguém indicado por Stalin, astuto o bastante ou que se visse à altura do cargo, uma disputa em meio à alta liderança logo se seguiu e causou a crise na Rússia soviética e nos países satélites” (ARENDR, 2018, p. 32). Não é de se ignorar que a morte de um líder totalitário como foi a de Stalin, e, portanto, liderança bastante forte e expressiva no sentido de manter algum tipo de presença na vida de seus dominados, uma vez morto, não poderia deixar de provocar um impacto significativo na vida dos habitantes da Rússia Soviética bem como na dos países satélites.

Khrushchev sucedeu a Stalin e fez um discurso no 20º Congresso do Partido Comunista, cujo conteúdo provocou agitações e levantes nos territórios dominados pela Moscou bolchevista. No discurso, confirmou-se a acusação para o mundo livre de que o governo de Stalin era assolado pelo crime além de deixar explícito que se tratava de um governo que carecia de legalidade bem como de qualquer forma de limitação do poder por via da lei. Por causa desse discurso, ocorreram rebeliões abertas na Polônia e na Hungria (ARENDR, 2018, p. 64). Isso posto, Arendt, em suas análises, enfatiza que o discurso de

---

<sup>6</sup> Sobre a sucessão de Stalin, Arendt (2018, p. 34-35) aponta os nomes dos atores políticos que haviam sido apresentados: “A primeira etapa da disputa sucessória foi uma competição por popularidade, visto que nenhum dos competidores era conhecido e muito menos popular – com a exceção, talvez, de Zhukov, que, sendo um homem do exército, era o menos provável de triunfar na ascensão ao poder. Khrushchev se apropriou de estratégias americanas comprovadas: viajou, cumprimentou populares e correligionários, e até aprendeu a beijar bebês. Beria se engajou em uma política antiguerra e apaziguadora cujos extremos recordavam estranhamente os esforços de Himmler durante os últimos meses da guerra para suceder a Hitler, tornando-se o homem em quem os aliados confiariam para, juntos, concluírem acordos de paz. Malenkov pregou uma ênfase maior nos bens de consumo e prometeu elevar o padrão de vida. Todos eles, juntos, terminaram por eliminar Beria, não apenas porque sua política externa se tornara perigosa, mas também porque ele era, claramente, o próprio símbolo do ódio popular tanto na Rússia quanto no exterior – o que, assim como no caso de Himmler, aparentemente todos sabiam, exceto ele mesmo”.

Khrushchev abriu caminho para permitir a explicitação dos limites do stalinismo. Tais análises se baseiam na política institucional adotada por Khrushchev, que desnudou, com certo destaque no relatório, os crimes cometidos pelo seu antecessor. Assim, a nossa autora, em sua *démarche* na qual analisa a Revolução Húngara, busca demonstrar que as medidas de apaziguamento anunciadas por Khrushchev no seio do totalitarismo russo soviético teriam sido uma das condições que possibilitaram o despontar da reação húngara frente ao domínio sediado em Moscou.

De qualquer maneira, seja pelo fracasso de Moscou em criar réplicas exatas nos países satélites ou até mesmo pela crise que se estabeleceu após a morte de Stalin, o que certamente nos leva a perceber é que se criou um contexto plausível, que tornou possível desvelar os resultados dessa forma de dominação presentes no seio do imperialismo totalitário russo soviético. Para esse propósito, registra-se que o levante húngaro foi um palco eficaz no que diz respeito à exibição desses resultados. Heloísa Starling (2018, p. 7) nos adverte que Arendt sempre se empenhou em escrever de maneira intensa sobre as ações humanas. Nesse sentido, a ânsia arendtiana de lidar com reflexões que giram em torno da experiência totalitária fez, segundo essa comentadora de Arendt, que ela se voltasse a escrever de maneira intensa a respeito das ações humanas e, assim, se procedesse no sentido de examinar os resultados da dominação totalitária. Todavia, constatamos, por meio das análises empreendidas por Arendt, que a dominação totalitária se deparou com movimentos de contestação desses resultados. Daí, a importância de expormos sobre um dos mais importantes eventos que foi capaz de estabelecer forte contestação à dominação totalitária. Por isso, nas linhas que se seguem, explicitaremos o sentido da Revolução Húngara por meio de alguns dos elementos que a caracterizam.

### **Elementos que caracterizam a Revolução Húngara**

Pode-se considerar que o sentido da Revolução Húngara, quando admitido numa abordagem arendtiana, se delinea a partir de três elementos que a caracterizam, a saber: a busca pela liberdade associada à verdade, o papel dos atores que a impulsionaram e a influência dos conselhos na organização e sustentação do Levante. Ao mencionar esses três elementos, a nossa tarefa, nas linhas a seguir, é explicitar sobre cada um deles.

Primeiramente, em se tratando do elemento liberdade associada à verdade, faz-se necessário lembrarmos que, para Arendt (2011, p. 56), “a palavra ‘revolucionário’ só pode ser aplicada a revoluções cujo objetivo é a liberdade”. Portanto, é importante realçarmos com

Heloísa Starling (2018, p. 7-8) que, em termos arendtianos, “a liberdade de agir – juntamente com a nossa capacidade de resistir e julgar – torne possível a experiência da liberdade, o oposto do fenômeno totalitário”. É esse o caso representado pela Revolução Húngara. Liberdade e verdade constituem aspectos inseparáveis, que norteiam o sentido desse significativo fenômeno, que abalou o domínio russo soviético na Europa Oriental da década de cinquenta do século XX. Nessa perspectiva, não foi por causa da fome e de marchas pelo alcance do pão que cidadãos húngaros se rebelaram, “mas exclusivamente pela liberdade e pela verdade” (ARENDR, 2018, p. 66). Isto é, Arendt (2021, p. 298) completa essa sua afirmação ao dizer: “depois da Revolução Americana, a Revolução Húngara foi a primeira, que eu saiba, na qual a questão do pão, da pobreza, da ordem da sociedade não teve nenhum tipo de papel; foi inteiramente política, no sentido que a população lutou apenas por liberdade”. Por essa razão, a autora nos adverte que foi difícil para Moscou bem como comovente para o mundo livre admitir que pessoas privilegiadas no campo do bem-estar material fossem os primeiros atores responsáveis pelo despontar da Revolução Húngara, pois, diferentemente daqueles que lutam somente pela supressão das necessidades materiais, esses protagonistas foram motivados predominantemente pela liberdade e pela verdade (ARENDR, 2018, p. 66).

Heloísa Starling (2018, p. 9) comenta também que Arendt, quando tomou conhecimento dos acontecimentos revolucionários na Hungria e de que essa Revolução exigia liberdade, acreditou que “os húngaros iriam ensinar algumas lições, e ela desejava escrever o ensaio para homenagear aqueles que pagaram tão caro ao mostrar como as coisas são realmente sob um regime totalitário”. Sabemos que, quando Arendt abordou acerca da Revolução Húngara, ela já havia apresentado o mundo com a publicação, em 1951, de sua obra *The Origins of Totalitarianism*. Por causa disso, seria difícil poder imaginar que alguém como Arendt, que tanto insistiu em revelar para todos os cantos do planeta as atrocidades advindas do domínio totalitário, deixasse de produzir algum tipo de análise de um evento de contestação a esse domínio, a exemplo da Revolução Húngara.

Arendt (2018, p. 67) ressalta que, apesar do totalitarismo, “o anseio pela liberdade e pela verdade para sempre nascerá do coração e da mente do homem”. Assim, se, por um lado, existe o anseio humano pela liberdade e pela verdade, por outro, mesmo que sejamos tentados a subestimar a eficácia do domínio total, diante de quaisquer esperanças que possamos ter em relação à natureza humana, ficamos expostos à realidade factual desses regimes. Diante do anseio inato pela liberdade, tais regimes possuem na realidade factual algo que, uma vez

demonstrado, terá exposta a destruição de todo mundo fictício criado em torno dela (ARENDDT, 2018, p. 69).

Na perspectiva arendtiana, a realidade factual dos regimes totalitários, quando vem à tona, demonstra o quanto se trata de algo impactante. A experiência vivida por seres humanos diante do impacto da realidade factual assim como as demais experiências humanas recorrem ao uso da palavra para sobreviver ao momento da experiência. Ou seja, tais situações precisam da realização da conversa e da comunicabilidade de uns para com os outros. Diante disso, para obter sucesso, o domínio total busca sempre tomar medidas capazes de interromper todos os canais de comunicação que possam existir entre as pessoas. Dessa maneira, busca-se impedir a comunicação, que se desenvolve entre as quatro paredes da privacidade, e muito mais ainda dos canais públicos admitidos pelas democracias no que diz respeito às liberdades de expressão e de opinião. Contudo, a pensadora ressalta que não é fácil dizer se o processo de tornar os indivíduos incomunicáveis pode ter êxito a não ser que essas medidas sejam tomadas em situações extremas de confinamento, que submetem pessoas à solidão e à tortura. Trata-se de um processo, que exige tempo para se consolidar e que, no seio dos países satélites do antigo domínio russo soviético, essa realidade estaria longe de se completar. No caso da Hungria, havia, por parte dos velhos e jovens, a consciência de que “viviam entre mentiras”; conseqüentemente, muitos desses cidadãos, em todos os seus manifestos, pediam a conquista da liberdade de pensamento (ARENDDT, 2018, p. 70-71).

Para explicitarmos acerca do papel dos atores que impulsionaram a Revolução Húngara, acreditamos que devemos apresentar algumas perguntas: quem eram esses cidadãos húngaros? Ou melhor dizendo, quem eram esses atores que protagonizaram a Revolução Húngara? Tudo começou com intelectuais e estudantes universitários, que, como já mencionamos, não eram possuidores de miséria material. Entretanto, a Revolução “se alastrou como fogo até que ninguém foi deixado de lado de suas fileiras, exceto os membros da polícia política – os únicos húngaros preparados para defender o regime” (ARENDDT, 2018, p. 71). O processo da Revolução Húngara teve início<sup>7</sup> quando:

Uma manifestação estudantil desarmada e essencialmente inofensiva cresceu, repentina e espontaneamente, de alguns milhares para uma multidão imensa que se incumbiu de levar adiante uma das demandas dos estudantes,

---

<sup>7</sup> Sobre o começo da Revolução Húngara, no exercício da função de espectador dos acontecimentos políticos, tal como Arendt, descreve Claude Lefort (2011, p. 166): “Sabe-se que tudo começou no dia 23 de outubro, com uma manifestação de solidariedade aos poloneses, organizada pelo círculo Petoefi, isto é, pelos estudantes e intelectuais. A essa manifestação, primeiramente proibida, depois autorizada no último momento pelo governo, juntaram-se massas de operários e de empregados que tinham deixado as fábricas e os escritórios”.

a de derrubar a estátua de Stalin em uma das praças públicas de Budapeste. No dia seguinte, alguns estudantes foram à Radio Budapeste, a fim de persuadir a estação a transmitir os dezesseis pontos do manifesto. Uma grande multidão se aglomerou imediatamente, como se surgisse do nada, e quando a ÁVR – a polícia política que protegia o prédio – tentou dispersar o grupo com alguns tiros, a revolução estourou (ARENDDT, 2018, p. 72).

É essencial destacarmos o caráter espontâneo da Revolução Húngara. Esse entendimento é compartilhado por Antônio Batista Fernandes (2019, p. 202) ao dizer que, “para nossa autora, a grandeza da Revolução Húngara consiste no fato desse acontecimento ter um caráter totalmente inesperado, que surpreendeu todo o mundo”. Essa situação é descrita quando uma grande multidão aglomerou nas ruas como se tivesse surgido do nada. A partir dessa demonstração de espontaneidade, o que ocorreu foi uma ação que se desenvolveu na condição de um novo começo, “porque as revoluções são os únicos eventos políticos que nos colocam diante do problema dos inícios de uma maneira frontal e inescapável” (ARENDDT, 2011, p. 47).

Após o estouro provocado pelas multidões, nota-se que os atores da Revolução não se restringiam somente ao segmento de estudantes e intelectuais, pois as massas passaram a atacar as forças policiais e, com isso, conseguiram portar as primeiras armas. Em seguida, os trabalhadores, ao tomarem ciência da situação do levante em curso, deixaram as suas funções nas fábricas e se juntaram à multidão nas ruas. As adesões à Revolução não pararam por aí, pois puderam contar com membros do exército. Logo em seguida, forças militares, em vez de defenderem o regime totalitário imposto pelos russos e a sua polícia armada, se juntaram à movimentação da Revolução e, a partir daí, ajudaram a armar o povo ainda mais. Dessa maneira, o movimento, que inicialmente havia sido apenas liderado por atores ligados à organização estudantil, se tornou um levante armado com a participação das multidões. Tudo isso se efetivou em menos de 24 horas (ARENDDT, 2018, p. 72-73). Essa união abrangente de vários atores revolucionários processada sob o rigor de reivindicações democráticas, tal como Arendt a anuncia, é também descrita por Claude Lefort (2011, p. 186):

A união dos operários, camponeses, classes médias, juventude e dos intelectuais é raramente encontrada na história. E sempre numa época em que o despotismo foi levado ao ponto de acuar o povo inteiro à revolta. Tal união fez triunfar a Revolução Russa contra o czarismo; nessa revolução, como no movimento húngaro, encontra-se, em particular, a mesma e excepcional fusão da *intelligentsia* e do proletariado e o mesmo entusiasmo da juventude que resume em si a avidez de mudança.

O tamanho da manifestação e o comprometimento dos agentes que assumiram a Revolução Húngara foram tão expressivos que, aos olhos de Arendt e Lefort, tudo isso mereceu ser inserido nas análises desses dois grandes pensadores da contemporaneidade, sobretudo porque ambos são investigadores de destaque no que diz respeito a assuntos que envolvem a história da filosofia política. Todavia, nas trilhas das análises arendtianas, admite-se que toda grande manifestação, que se efetivou por meio do que se chamou de Revolução Húngara, não se deu por meio de um programa ou manifesto elaborado. Ressalta a pensadora que foi por causa da ação conjunta da população que se tornou possível o estabelecimento da Revolução Húngara sem que ela estivesse sob o amparo de um programa ou manifesto. As demandas que motivaram essa ação conjunta eram tão óbvias que dispensavam “concepções elaboradas”. Duas dessas demandas é que nortearam a manifestação conjunta, isto é, as tropas russas que ocupavam o território húngaro deveriam deixá-lo e as eleições livres precisariam ocorrer com o objetivo de se estabelecer um novo governo (ARENDR, 2018, p. 73). A retirada das tropas russas e o estabelecimento de um novo governo são a sinalização de que os acontecimentos na Hungria não devem ser considerados uma reforma. Pois, se um dos objetivos dos revolucionários era estabelecer um novo governo, marcadamente democrático, estava-se, sim, diante de uma revolução, porque considera-se que toda revolução implica que seus atores almejam criar um novo corpo político e se apoiam em um clima de participação amparado no envolvimento significativo da população.

Foi devido a esse clima que se tornou notório que a liberdade de ação, de expressão e de pensamento já se constituía uma realidade inserida naquele momento na vida de todos aqueles atores. Por esse motivo, no seio dessa conjuntura, permitiu-se que se levantasse a indagação: “Como institucionalizar uma liberdade que já era um fato consumado?” A nossa autora chama-nos a atenção para com o que ela considera incrível no que diz respeito a essa movimentação revolucionária: o fato de que a Revolução Húngara ocorreu sem que houvesse uma guerra civil. Na perspectiva das análises arendtianas, a ausência de guerra civil foi possível, porque o exército húngaro se desintegrou em condições muito rápidas. Ou seja, tal desintegração se efetivou em questão de horas. Nesse caso, a população pôde contar com atores do exército para destituir o poder de uma ditadura em apenas alguns dias. Trata-se de um momento, no qual ficou evidente que nenhum grupo ou classe da nação húngara teria sido capaz de se opor ao real desejo do povo. A voz da força do povo foi então ouvida no seio da praça pública (ARENDR, 2018, p. 74). Portanto, depreendemos que a junção das forças dos vários atores foi capaz de possibilitar a instauração da liberdade. Isto é:

Foi como se a ideologia, de qualquer tom e estilo, tivesse simplesmente sido apagada da existência e da memória no momento em que o povo, intelectuais e trabalhadores, comunistas e não comunistas, viram-se juntos, lutando nas ruas por liberdade. Nesse sentido, a mudança de realidade ocasionada pela revolução provocou um efeito bastante similar na mentalidade do povo húngaro àquele gerado pela derrocada repentina do mundo nazista sobre as mentes do povo alemão (ARENDDT, 2018, p. 75-76).

A busca pela liberdade e pela verdade encaminhada pelos diversos atores da Revolução Húngara e traduzida por meio das manifestações públicas foi acompanhada pelo surgimento de uma estrutura organizacional, que, de certo modo, impediu a dispersão das multidões durante o evento. Em outras palavras, segundo Arendt (2018, p. 76): “Ao invés do domínio descontrolado das massas, que se poderia ter esperado, apareceram imediatamente, quase simultaneamente ao próprio levante, os comitês revolucionários e os Conselhos de Trabalhadores”. Esse sistema é, de acordo com o nosso entendimento, o terceiro dos elementos que caracterizam a Revolução Húngara. Em termos arendtianos, tais conselhos se constituíram instrumentos, os quais permitiram que as multidões rebeladas não perdessem o rumo das pautas propostas pela Revolução. Nesse caso, evidencia-se que se tratou de conselhos, que despontaram na forma de estrutura organizacional capaz de garantir a institucionalização da liberdade demonstrada nas ruas da Hungria durante o processo de ebulição revolucionária. Mariana Rubiano (2022, p. 399) comenta que, “para Arendt, os conselhos populares davam vida ao espírito público, constituíam a própria fundação da liberdade na medida em que tornavam possíveis o debate e a participação de qualquer um disposto a se dedicar à vida pública”.

Arendt (2018, p. 77) pontua que o sistema de conselhos surgiu no seio das revoluções europeias, na Comuna de Paris em 1871, na Revolução Russa como também nas Revoluções de novembro na Alemanha e na Áustria após o término da Primeira Guerra Mundial. Esses conselhos se apresentaram configurados numa estrutura organizacional, que não foi absorvida pelos novos corpos políticos; por isso, foi derrotada. No caso da Rússia, o regime bolchevique aniquilou o poder dos conselhos, em cujos países eles eram denominados soviets. Com o advento dos bolcheviques ao poder, além da destruição dos soviets, houve, por parte deles, o roubo desse nome para que o domínio russo fosse chamado de União Soviética. Essa usurpação não teria acontecido se esse tipo de organização não tivesse sua popularidade atestada.

No caso da Revolução Húngara, de maneira mais nítida do que em contextos anteriores, Arendt (2018, p. 78) faz referência a uma parte do Relatório das Nações Unidas<sup>8</sup>, que tratou da atuação dos conselhos na Hungria, assim descrito: “o primeiro passo pragmático para restaurar a ordem e para reorganizar a economia húngara sobre base socialista, mas sem controle rígido do Partido ou do aparato do terror”. Daí, notamos a força dos conselhos e a característica que eles possuem de se afirmarem como órgãos que vão além da função de mera representação de interesses como aquela que é típica dos partidos políticos.

Para Carlos Fernando Brito Silva (2021, p. 127), “um dos fatores mais significativos para Arendt em relação aos episódios dos conselhos na Hungria é que eles são a expressão prática de que o antigo medo de que uma forma de organização conduzida pelo povo pudesse se transformar em um estado de desordem”. Entretanto, a natureza de atuação política presente nos conselhos revolucionários da Hungria teve como tarefa bem-sucedida evitar que se estabelecesse o caos e que houvesse expansão do crime. Havia na Hungria, naquele contexto, os conselhos de operários e os conselhos revolucionários. Enquanto os conselhos de operários se encarregavam de cuidar das atividades de caráter econômico, os conselhos revolucionários se lançaram na tarefa de lidar com questões demandadas exclusivamente do campo político. Nessa tarefa de natureza política, os conselhos buscavam, em um primeiro momento, dar uma resposta à tirania política. Na sequência, esses conselhos, além das eleições livres, pleiteavam reestruturar o sistema multipartidário (ARENDR, 2018, p. 78-80).

No curso de suas considerações sobre a Revolução Húngara, Arendt (2018, p. 81) não deixa de enfatizar o quanto é importante poder entender o modo de funcionamento do sistema de conselhos. Por isso, ela nos lembra que se trata de um sistema tão antigo quanto o sistema de partidos. A pensadora salienta que o sistema de conselhos representa a única alternativa ao sistema de partidos, considerando que esse tipo de organização se apresenta como uma alternativa de representação de cunho democrático eleitoral quando colocado de frente com o sistema multipartidário continental. Nas suas origens históricas, o sistema partidário se prende à estrutura do parlamento, enquanto os conselhos se constituem organismos de caráter espontâneo diretamente ligados aos anseios políticos do povo. Assim, diferentemente dos partidos, os conselhos não são dotados de uma ideologia ou visão de mundo (*Weltanschauung*). A nossa autora reforça que, diferentemente dos partidos, não havia no interior dos conselhos nenhuma teoria da melhor forma de governo. Por causa disso, percebemos que, no *modus operandi* dos conselhos, não estava presente espécie alguma de

---

<sup>8</sup> Sobre essa menção de Arendt, ver United Nations (1957).

cartilha doutrinária ou manifestos com diretrizes constituídas para nortear a ação política de seus membros. A espontaneidade desses organismos era oriunda das demandas políticas assumidas diretamente pela população.

Esse caráter de ação política espontânea oriundo dos conselhos é admitido por Arendt (2018, p. 81) como algo que despertou a hostilidade dos burocratas e dos líderes partidários, fossem eles de esquerda ou de direita. Os conselhos foram, de acordo com o entendimento de nossa autora, negligenciados por teóricos e cientistas políticos. Porém, a importância desse sistema nas abordagens de Arendt (2018, p. 81) deve ser realçada, porque “a questão é que os conselhos sempre foram inquestionavelmente democráticos, mas de uma forma nunca antes vista e jamais pensada”. Por isso, é primordial destacarmos que o sistema de conselhos representa uma nova estrutura organizacional, notadamente diferente da estrutura dos partidos, e que não deixou de ter atenção significativa por parte das análises arendtianas, principalmente quando ela se dispôs a analisar os eventos revolucionários do século XVIII ao XX.

Percebemos que, sem a importância comprovada no que tange à atuação dos conselhos na Hungria, os fatos narrados e analisados pela autora acerca desse fenômeno revolucionário contemporâneo não teriam alcançado um imprescindível destaque em seus escritos filosófico-políticos, sobretudo se considerarmos – como demonstraremos nas próximas páginas – que a Revolução não prosperou a partir do momento em que ela não conseguiu criar um outro corpo político *pari passu* à elaboração de uma Constituição, que viesse a preservar o tipo de liberdade política gestado no interior dos diversos conselhos.

### **A reação do imperialismo totalitário russo soviético e a relevância histórica da Revolução Húngara**

No lugar da realização das pretensões de sua Revolução, a Hungria conviveu com a forte reação do domínio do imperialismo da União Soviética. Por isso, o significativo Levante não teve um desfecho, que permitisse a criação de um novo corpo político, bem como o estabelecimento de uma Constituição, que fosse capaz de garantir a instauração da liberdade política, tampouco de sua preservação na história daquele país do Leste Europeu. No entanto, os diversos conselhos sustentaram com força esses doze dias notadamente marcantes. Por consequência, esses conselhos fizeram que o regime de Moscou não encontrasse um caminho fácil para se restituir em solo húngaro apesar de o exército russo ter reagido com força a ponto

de efetuar uma invasão grande e bem equipada. Se, por um lado, tem-se o registro de que a Revolução durou apenas doze dias, por outro, o exército russo, ao invadir a Hungria revolucionária, demorou três semanas inteiras na tentativa de reconquistar o domínio daquele país. Isso posto, percebe-se, em termos arendtianos, que a grande necessidade dos russos em restituir o domínio totalitário demonstrou que, de fato, o poder organizacional dos conselhos era muito sólido (ARENDDT, 2018, p. 86). Assim, para derrotar a Revolução Húngara de maneira definitiva, os russos tiveram que destruir “os últimos soviets livres e revolucionários de qualquer lugar do mundo” (ARENDDT, 2018, p. 78). Nesse sentido, era crucial, para os dominadores, assumir a tarefa de eliminar qualquer foco de resistência, que fosse caracterizado por comportamentos democráticos no campo da participação política, como era o caso dos conselhos.

Se é evidente que o sistema de conselhos se constituiu um importante motivo de sustentação dos anseios da Revolução Húngara, não é por menos que Arendt (2018, p. 87) explicita que o primeiro golpe admitido pela forte opressão do poder de Moscou foi voltado contra os Conselhos Revolucionários. Era necessário, na ótica da opressão russo soviética, atingir o principal órgão de ação e representação de todo o povo húngaro. Destruir os conselhos significou reduzir a nação húngara à impotência. Consequentemente, a liberdade de pensamento foi definitivamente aniquilada sem a possibilidade de ter a menor concessão. Todos os conselhos operários foram dissolvidos, porque eram vistos pela dominação russo soviética como órgãos de participação política, que haviam substituído os sindicatos, pois esse tipo mais usual de organização dos trabalhadores, antes da Revolução, era controlado pelo governo.

Considerando que os conselhos se constituíam espaços de liberdade de ação e de pensamento, a destruição deles representou a convicção, por parte dos dominadores russos, de que, para exterminar a Revolução Húngara, era preciso efetivar ações de destruição indicando uma ordem de prioridades. Nessa perspectiva, a liberdade de ação foi considerada o maior perigo para a dominação total seguida, certamente, pela liberdade de pensamento (ARENDDT, 2018, p. 87).

Já demonstramos, em linhas anteriores, que essa liberdade almejada pelos revolucionários foi a razão de ser do Levante. Portanto, vale continuarmos enfatizando que o anseio por liberdade fez da Revolução Húngara um acontecimento digno de ser lembrado. À vista disso, podemos dizer, com Arendt (2018, p. 23), que “as chamas da Revolução Húngara iluminaram, por longos doze dias, a imensa paisagem do totalitarismo do pós-

guerra”. Dito da nossa maneira, a Revolução Húngara foi um evento de tamanha importância, que, por essa razão, pode ser comparada a algum tipo de chamas, que, de maneira simbólica, podem ser consideradas relevantes para iluminar a destacada paisagem sombria do imperialismo do pós-guerra. Contudo, foram doze dias, dentro dos quais houve muitas lutas comparadas à irradiação de luzes, que se estabeleceram em contraposição às estruturas de dominação total do imperialismo russo soviético. Essa metáfora da luz remonta ao ideário de garantia da liberdade em seus vários modos de manifestação; ou seja, de ação, de expressão e de pensamento. Daí, é fundamental destacarmos, com base na perspectiva arendtiana, o forte uso do simbolismo da luz das chamas, que se fez presente no caráter libertário das lutas promovidas pelos revolucionários húngaros.

Arendt (2018, p. 24) enfatiza que se deve considerar histórico “aquilo que é digno de ser lembrado” e, ao mesmo tempo, pontua que as movimentações constituídas na Hungria durante a revolução fizeram desse evento algo diferente de tudo que ocorreu em qualquer outro lugar. Com isso, a nossa autora chega a afirmar que o conjunto dos acontecimentos efetuados durante os doze dias que caracterizaram a Revolução foram portadores de mais história do que os doze anos vividos pela Hungria desde a “libertação” do país, liderada pela força do Exército Vermelho, para, então, tirá-lo do domínio nazista. A partir daí, nota-se o quanto é relevante dizer que os acontecimentos da chamada Revolução Húngara são notadamente capazes de representar um forte simbolismo de contestação e resistência frente ao totalitarismo russo soviético. Isto é, evidencia-se que é importante a análise de Arendt pautada na convicção de que os doze dias da Revolução Húngara foram mais históricos do que os doze anos nos quais o domínio soviético assolou o país. Pois, nessa análise, vislumbra-se o tamanho da notoriedade do Levante. Por essa via de entendimento, Arendt (2018, p. 24-25) deseja tornar explícito que os doze anos da dominação russo soviética representaram uma história de domínio total recheada de enganos e de promessas não cumpridas. Trata-se de anos marcados pelas desesperanças e desilusões e por ter sido um período de realização de fraudes no seio do sistema parlamentar. Foi durante esse período que houve a imposição de se criar um partido único, que, ao se concretizar, fomentou uma ditadura, que eliminou, de maneira célere, líderes e membros de outros partidos. A repressão aos líderes húngaros foi tão grande que o imperialismo russo soviético eliminou líderes carismáticos nativos, que, segundo o poder de Moscou, não poderiam ser considerados pessoas confiáveis. Tais líderes foram brutalmente incriminados e simultaneamente passaram por humilhações e torturas além de recaírem sobre eles julgamentos espetaculosos. Houve casos em que a perseguição a

alguns desses líderes terminou em assassinatos. Assim, o poder na Hungria foi entregue aos membros corruptos e desprezíveis, cuja trajetória desses quadros era a de comunistas treinados em Moscou.

Se o domínio do imperialismo totalitário eliminou as formas de manifestação da liberdade na Hungria, a Revolução, quando explodiu, tinha como objetivo primordial restaurar os espaços de liberdade. A busca por essa restauração foi o que marcou os doze dias de manifestações, que se seguiram à eclosão do Levante. Em outras palavras, com a aniquilação da liberdade nos doze anos da dominação russa, algo que veio a resgatá-la por uma explosão de eventos que durou doze dias é visto, pelos olhos de Arendt, como um evento histórico de grande importância e que, por esse motivo, como já mencionamos, merece ser muito bem lembrado. Essa opinião é compartilhada por Claude Lefort (2011, p. 195) ao dizer que “a Revolução Húngara é um desses acontecimentos de que não poderíamos duvidar que esteja para sempre gravado na memória histórica”.

O que aconteceu na Hungria não foi uma revolução conduzida por pais fundadores ou líderes, cuja maneira de atuar tenha ocorrido de forma centralizadora, pois seus protagonistas pertenciam aos vários segmentos sociais e junto a eles houve forte envolvimento da população nas diversas manifestações. Destaca-se, em boa medida, que, mesmo na ausência desses líderes centralizados, tratou-se de uma revolução, que, na sua forma de atuar horizontalmente<sup>9</sup>, se caracterizou por jamais ter deixado de ser portadora de uma ação política motivada pela liberdade. Em razão disso, Arendt mostrou ser importante enfatizar o que foi dito por um professor: “talvez o professor húngaro estivesse certo quando declarou à comissão das Nações Unidas: ‘Foi único na história que a Revolução Húngara não teve líderes. Ela não foi organizada, não foi centralizada. O desejo de liberdade era a força motivadora de toda a ação’” (ARENDDT, 2018, p. 31).

Partindo das análises sobre a Revolução Húngara empreendidas por Arendt, podemos dizer que a pensadora exerceu o papel de expectadora<sup>10</sup> da ação política no mundo

---

<sup>9</sup> Sobre o caráter da horizontalidade dos conselhos, aponta Arendt (2004, p. 201): “[...] eu vejo a possibilidade de se formar um novo conceito de estado. Um estado-conselho deste tipo, para o qual o princípio de soberania fosse totalmente discrepante, seria admiravelmente ajustado às mais diversas espécies de federações, especialmente porque nele o poder seria constituído horizontalmente e não verticalmente”.

<sup>10</sup> Quando dissemos que Arendt (1993, p. 71), enquanto pensadora, ocupa o lugar de expectadora, assim nos procedemos amparados na concepção admitida por ela mesma sobre esse assunto, ou seja: “Em primeiro lugar, há a posição do observador. O que ele vê pelos eventos, um sentido ignorado pelos atores; e o fundamento existencial para seu vislumbre é o desinteresse, sua não participação, seu não envolvimento”. O desinteresse do espectador é o de não se ocupar da função de ator dos acontecimentos. Isso porque, segundo Arendt (1993, p. 71): “o espectador, mas nunca o ator, sabe o que se passa – é tão velha como as montanhas; de fato ela está entre

contemporâneo oferecendo contribuições teóricas sobre uma Revolução, que, apesar de ter sido derrotada, demonstrou ser possível deixar um forte legado de valor simbólico por meio da resistência à opressão do imperialismo totalitário russo. É notório que a derrota ocorreu devido ao poderoso arsenal bélico presente nas mãos do totalitarismo russo bem como à falta de apoio dos outros países satélites, o que permitiu que o Levante húngaro se concretizasse de maneira isolada perante seus vizinhos da Europa Oriental. Porém, mesmo diante de todos esses enormes obstáculos, a resistência dos revolucionários húngaros foi forte e marcante. Isto é, mesmo derrotado, o povo húngaro não deixou de demonstrar o descontentamento com o imperialismo de caráter totalitário. Exemplos de resistência repleta de simbolismo são tratados por Arendt (2018, p. 23-24), especialmente quando ela suscita algumas perguntas da seguinte maneira:

Pois quem poderia se esquecer da procissão silenciosa das mulheres trajadas de preto pelas ruas de Budapeste ocupada pelos russos, em luto público por seus mortos, no último gesto político da revolução? E quem poderia duvidar da solidez dessa memória quando, um ano após a revolução, o povo derrotado e aterrorizado ainda possuía força suficiente em si para agir honrando em público, mais uma vez, a morte de sua liberdade, ao evitar, espontânea e unanimemente, todos os lugares de entretenimento público, como teatros, cinemas, cafés e restaurantes?

Ao fazer essas perguntas, Arendt invoca um tipo de resistência, que deixa evidente a necessidade da manutenção dessa memória revolucionária que o povo húngaro nos legou. A procissão silenciosa das mulheres trajadas de preto pelas ruas de Budapeste perante a reação violenta dos russos foi a resposta de que a repressão desencadeada por Moscou indicava que ela seria uma ação incapaz de impedir que a população húngara continuasse a rejeitar o domínio totalitário. Do mesmo modo, a ausência, mencionada por Arendt, dos cidadãos húngaros aos espaços de convivência, a exemplo dos cafés, cinemas, teatros e restaurantes, expressou, em boa medida, que a repressão ao Levante não significou a perda do desejo do povo húngaro pela promessa de poder demonstrar a manifestação da liberdade, pois, para Arendt (1989, p. 531), “permanece também a verdade de que todo fim na história constitui necessariamente um novo começo; esse novo começo é a promessa, a única ‘mensagem’ de que o fim pode produzir”. Nessa perspectiva, o fim das jornadas revolucionárias na Hungria não representou a anulação do desejo de liberdade. Por causa disso, sabemos que sociedades

---

as mais velhas e decisivas noções de filosofia. Toda a ideia da superioridade do modo contemplativo de vida vem do antigo *insight* de que o sentido (ou a verdade) revela-se apenas para aqueles que se abstém de agir”.

futuras não se reduziram ao silêncio e se apoderaram do desejo de liberdade, que seguiu seu curso se alimentando dos episódios da Revolução Húngara. A esse respeito, diz Claude Lefort (2011, p. 195):

Estou certo de que os historiadores do futuro interrogarão longamente essas jornadas de outubro e novembro de 1956 que, a despeito de seu deslanche funesto, ‘abalaram o mundo’. E, do mesmo modo, os homens ávidos de liberdade, cuja convicção se alimenta da lembrança dos grandes episódios revolucionários – se, ao menos, o desejo de saber e o desejo de liberdade não foram reduzidos ao silêncio das sociedades futuras.

Essa previsão anunciada por Claude Lefort é também admitida por Heloísa Starling (2018, p. 8) quando ela salienta que “o impacto da Revolução Húngara, porém, foi duradouro. No seu rastro, caminhariam novos levantes: A Primavera de Praga, em 1968, a Revolução de Veludo, em 1989”. É plausível destacarmos que, quando ocorreu essa última Revolução na antiga Tchecoslováquia, foi um evento, cuja eclosão se deu também em meio a um período de muitas manifestações, que se espalharam pelo Leste Europeu.

Lamentavelmente, Arendt já não estava mais entre nós quando muitas dessas grandes manifestações ocorridas nos países do Leste Europeu tinham como objetivo se libertar do domínio da Rússia Soviética. A partir daí, muitas estátuas de Lênin e de Stalin foram derrubadas e, com elas, o imperialismo russo soviético desmoronou. Um dos maiores símbolos desses levantes foi a derrubada do muro [*Mauerfall*] de Berlim, que fora construído para dividir a Alemanha em dois países: um do lado ocidental e outro do oriental. A própria população enfurecida tomou as ruas de Berlim, reuniu esforços e, no dia 09 de novembro de 1989, derrubou o muro [*Mauerfall*]. Simultaneamente, ocorreram abraços e confraternizações entre os alemães, que tinham ficado por muitos anos separados por causa de um dos maiores símbolos da chamada Guerra Fria.

Mas, o fim da União Soviética não representou até hoje, para os países do Leste Europeu, a garantia da instauração da liberdade política admitida no âmbito da perspectiva arendtiana. Contudo, podemos apostar que os ventos da liberdade, que tiveram a sua gênese no seio da Revolução Húngara, sopraram, de alguma maneira, em países da Europa Oriental. Nota-se que esses ventos de liberdade continuaram ainda soprando por cerca de três décadas após o fim do Levante húngaro e, conseqüentemente, alcançaram, com suas forças, o fim da dominação russo soviética no Leste Europeu. Entretanto, a liberdade, que moveu as manifestações populares na Europa Oriental, não foi manifestação da liberdade política em

sua plenitude como aquela experienciada pelos conselhos da época da Revolução Húngara. A liberdade assumida pelas inúmeras jornadas do Leste Europeu foi aquela que se estabeleceu na forma de liberdade civil e foi configurada em reivindicações de rua, que resultaram no estabelecimento de governos independentes do poder de Moscou. Em um pequeno ensaio produzido em 1989, portanto, em meio ao clima das manifestações dos países satélites do Leste Europeu, o pensador italiano Norberto Bobbio (1992, p. 20) assim se manifestou:

O comunismo histórico fracassou, não nego. Mas, os problemas permanecem: os mesmos problemas para os quais a utopia comunista chamou atenção, e que garantiu serem solucionáveis; problemas que existem hoje, ou existirão dentro de pouco tempo em escala mundial.

Bobbio (1992, p. 17), nesse mesmo ensaio, alerta que “a primeira das grandes crises do Estado comunista ocorreu na Hungria, há mais de trinta anos, e nem por isso o regime malogrou”. Mas, também, ainda como testemunha dos eventos de 1989 no Leste Europeu, naquele contexto, afirma Bobbio (1992, p. 17): “A catástrofe do comunismo histórico está literalmente à vista de todos”. Se Arendt foi espectadora da Revolução Húngara, Bobbio também assim o foi. A diferença é que o pensador italiano foi também espectador dos movimentos ocorridos no Leste Europeu pouco mais de trinta anos após a eclosão da Revolução Húngara. De qualquer maneira, tanto Arendt quanto Bobbio dão destaque ao papel importante desempenhado pela Revolução Húngara, que a coloca em uma posição de referência para manifestações futuras. Isso porque se evidencia que a Revolução Húngara exerceu a tarefa de despir ou de desnudar as formas de manifestação da dominação do imperialismo russo soviético, especialmente no que diz respeito à aniquilação da liberdade nos seus diversos tipos de manifestação<sup>11</sup>. Diante do impedimento do florescimento da liberdade, os revolucionários húngaros se despiram ou se desnudaram do medo e, a partir daí, revestidos de coragem, se colocaram na busca pela instauração da liberdade, que fora então sufocada pela cortina de ferro da dominação russo soviética. Todavia, os revolucionários

---

<sup>11</sup> A concepção de liberdade assumida por Bobbio (1992, p. 18-19), além de se constituir como um pré-requisito para a democracia, refere-se, em especial, ao que ele chama de quatro grandes liberdades do homem moderno, pois, na sua perspectiva, não existe a liberdade em geral, mas as liberdades singulares. A primeira é a liberdade individual, que implica o direito de não ser preso arbitrariamente bem como de ser julgado segundo o conjunto das regras penais e jurídicas bem definidas. A segunda liberdade é a de imprensa e a de opinião. A terceira é a de reunião. A quarta é a liberdade de associação, muito cara à origem dos sindicatos e partidos livres. Trata-se de um tipo de liberdade, que tem consequências na sociedade pluralista; daí ela se constituir um pré-requisito relevante para a democracia. Para Bobbio, é como se todos esses tipos de liberdades tivessem como fecho a liberdade política, que se constitui como sinônimo de participação do cidadão nas decisões coletivas que lhe dizem respeito.

movimentaram a participação política nos conselhos, que se tornaram foco de luzes em um contexto de dominação sombria imposta pelo totalitarismo russo soviético. Foi nesses espaços de liberdade política que a população húngara vivenciou o tesouro maior de sua Revolução. Quando uma determinada população vive a experiência dos conselhos, assim a exerce se despindo ou desnudando por meio do encontro com os outros e de cada um consigo mesmo.<sup>12</sup>

É essencial salientarmos que, ao manter viva a memória dos eventos revolucionários, seremos sempre direcionados para a necessidade de podermos resgatar espaços públicos, que permitem o lançar de seus participantes para a ação transformadora do mundo onde eles habitam. Para que ocorra a criação de novas realidades políticas e a manutenção de espaços públicos, a exemplo dos conselhos da Revolução Húngara, em boa medida, pode funcionar como um terreno, que se apresenta numa condição de ter sido arado pelas ferramentas da livre manifestação dos participantes em atos e palavras.

Se Arendt, como sabemos, demonstra, por meio de sua obra de pensamento político, que o seu maior interesse é o resgate da dignidade da política perdida na modernidade, eventos revolucionários, como o da Hungria, são a prova de que o novo no campo da política pode se tornar possível e o resgate dessa dignidade lograr se se basear em eventos marcantes, que já aconteceram no curso de nossa história. Essa relevância da dignidade da política é percebida quando voltamos a nossa atenção para as experiências, que devem ser bem mais lembradas, sobretudo quando nos dispormos sempre a buscar apresentar para as gerações vindouras a seguinte pergunta: qual é a verdade sobre os doze dias de muitas lutas que se passaram entre 23 de outubro e 2 de novembro de 1956 em um país do Leste Europeu?

### **Considerações finais**

Após encaminharmos esta nossa *démarche* acerca das considerações arendtianas que dizem respeito à Revolução Húngara, podemos salientar e reforçar o entendimento de que essa revolução não pode ser concebida como um evento fracassado. Vimos que, diferentemente dos acontecimentos que nortearam os fenômenos revolucionários estadunidense e francês, a chamada Revolução Húngara não foi duradoura, razão pela qual não é o suficiente para permitir que ela seja considerada de menor importância. Se tal

---

<sup>12</sup> Já nos referimos a esse assunto ao salientarmos: “O tesouro que despe ou desnuda é também o tesouro que se faz por meio do encontro com os outros e cada um consigo mesmo (ARENDR, 1992, p. 30). É o tesouro da liberdade daqueles que resistem à dominação totalitária e a todas as outras formas de impedimento do surgimento de preservação de espaços públicos” (OLIVEIRA, 2013, p. 117).

Revolução pode ser admitida por alguns pensadores como um fracasso ou até mesmo como um evento insignificante, não será por causa desses supostos motivos que a sua memória não tenha que ser recordada, uma vez que, para Arendt (1992, p. 233), “não há nada que possa compensar o fracasso ou evitar que ele seja definitivo, a não ser a memória e a recordação”.

Tornar presente a memória da Revolução Húngara e dela poder iluminar ações políticas na contemporaneidade é o que nos permite justificar a importância das considerações de Hannah Arendt sobre esse evento. Não é por menos que a pensadora, além de apresentar quais foram os diversos atores da Revolução, nos aponta mais dois dos elementos que a caracterizaram. Dentre esses elementos, registramos, em nossa abordagem, a busca por liberdade associada à verdade e o papel desempenhado pelos conselhos no curso da Revolução.

Assim, ao se espelhar no elemento liberdade como objetivo da Revolução Húngara, Arendt tem, nesse acontecimento contemporâneo, algo muito caro ao seu pensamento político, expresso na crença em torno do resgate da liberdade como sinônimo e razão de ser da política.<sup>13</sup> Esta coincidência<sup>14</sup> entre liberdade e política se completa com a vivência em espaços públicos. Ora, no caso da Revolução Húngara, vimos que tais espaços se realizaram na experiência dos conselhos. Portanto, não é somente na *polis* grega que reside o paradigma de vivência política a ser seguido para iluminar aspirações de atuação política atuais. A autora nos legou, no seio de sua obra, inúmeras abordagens sobre a experiência das revoluções modernas e dos acontecimentos da Revolução Húngara. Com efeito, é possível admitirmos que Arendt não deixa dúvidas de que os acontecimentos da Hungria se constituem um paradigma político contemporâneo, cuja condição é iluminar o agir político nesses tempos de ausências de espaços públicos, em um ambiente envolto pelos ditames da alienação moderna e da vitória do *animal laborans*, tópicos tão bem trabalhadas em sua obra *The Human Condition* (1958).

Enfim, nada nos impede de apostar que as abordagens de Arendt sobre a Revolução Húngara possam fazer persistir em nós a convicção de que qualquer surgimento de espaços públicos – na condição de verdadeiros tesouros que não devem se perder –, certamente, irão evocar sempre a necessidade da fundação de um novo corpo político. Destarte, trata-se de se fundar um novo corpo político, que seja capaz de absolver o *modus operandi* dos conselhos

---

<sup>13</sup> Para Arendt (1992, p. 192): “A *raison d'être* da política é a liberdade, e seu domínio de experiência é a ação”.

<sup>14</sup> Afirma também Arendt (1992, p. 195): “A liberdade como fato demonstrável e a política coincidem e são relacionadas uma à outra como dois lados da mesma matéria”.

no seio de sua estrutura organizacional e que, ao mesmo tempo, se empenhe em elaborar uma Constituição, que permita a preservação da liberdade política, para que ela se mantenha no curso da História.

## Referências bibliográficas

- ARENDT, Hannah. *The Origins of Totalitarianism*. New York: Brace and World, 1951.
- ARENDT, Hannah. *The Human Condition*. Chicago: University of Chicago Press, 1958.
- ARENDT, Hannah. *On Revolution*. New York: Viking Press, 1963.
- ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. Tradução Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- ARENDT, Hannah. *Entre o Passado e o Futuro*. Tradução Mauro W. Barbosa de Almeida. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- ARENDT, Hannah. *Lições sobre a filosofia política de Kant*. Tradução e ensaio André Duarte Macedo. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.
- ARENDT, Hannah. *Crises da República*. Tradução José Volkmann. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- ARENDT, Hannah. *Sobre a Revolução*. Tradução Denise Bottmann. São Paulo: Companhia da Letras, 2011.
- ARENDT, Hannah. *Ação e a busca da felicidade*. Organização e notas Heloísa Starling. Tradução Virgínia Starling. 2. ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2018.
- ARENDT, Hannah. *Pensar sem corrimão: compreender 1953-1975*. Organização e apresentação Jerome Kohn. Tradução Beatriz Andreiuolo. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.
- BOBBIO, Norberto. O reverso da utopia. *Depois da queda: o fracasso do comunismo e o futuro do socialismo*. Organização Robin Blackburn. Tradução Maria Inês Rolim, Susan Semler e Luis Krausz. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- FERNANDES, Antônio Batista. Hannah Arendt e as Revoluções: observações sobre as Revoluções Modernas e a Revolução Húngara. *Revista Reflexões*, Ano 8, n. 15, p. 196-205, jul./dez. 2019.
- LEFORT, Claude. *A invenção democrática: os limites da dominação totalitária*. Tradução Isabel Loureiro e Maria Leonor F. R. Loureiro. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

OLIVEIRA, José Luiz. Considerações de Hannah Arendt acerca do espaço da *Résistance*, In: *Hannah Arendt: Pluralidade, Mundo e Política*. Organização Sônia Maria Schio e Mateus Soares Kuskoski. Porto Alegre: Observatório Gráfico, 2013.

RUBIANO, Mariana Mattos. Revolução. In: CORREIA, Adriano; ROCHA, Antônio Clauton Varela; MÜLLER, Maria Cristina; AGUIAR, Odílio Alves (Org.). *Dicionário Hannah Arendt*. São Paulo: Edições 70, 2022. p. 391-400.

SILVA, Carlos Fernando Brito. Hannah Arendt: da ação nas tragédias gregas aos conselhos revolucionários. *Revista Perspectiva*, v. 6, n. 2, p. 118-131, 2021.

STARLING, Heloísa Murgel. Nota Introdutória. In: *Ação e a busca da felicidade*. Organização e notas Heloísa Starling. Tradução Virgínia Starling. 2. ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2018. p. 7-18.

UNITED NATIONS. *Reportot of the special commiteeon the problem of Hungary*. General Assembly Official Records: Eleventh Session, Supplement n. 18 (A/3592). New York, 1957.